

*Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil, exílio,
cultura e identidade: Portugal Democrático (1956-1977)*

Maria Izilda Matos
PUC-SP- CNPQ

ABSTRACT

The newspaper "Portugal Democrático" was created by a group of Portuguese anti-salazarists, exiled in São Paulo/Brazil, in the years of 1950. Research on the struggles and opposition to Salazarism has not valued the resistance to the regime outside the country, ignoring the actions that denounced the authoritarianism of the Salazar regime. In this way, this article proposes to analyze the newspaper "Portugal Democrático" recovering its trajectory, articulations, and issues faced by the exiled people.

Keywords: *Portugal Democrático*, exiles, antissalazarism, portugueses, São Paulo/Brasil.

O jornal "Portugal Democrático" foi criado pelos portugueses anti-salazaristas, exilados em São Paulo/Brasil, nos anos 1950. Pesquisas sobre a luta e oposição ao salazarismo não tem avaliado a resistência ao regime fora do país, ignorando as ações que denunciavam o autoritarismo do regime de Salazar. Nesse sentido, o artigo propõe-se a analisar o jornal "Portugal Democrático" recuperando sua trajetória, suas articulações e os temas afrontados pelos portugueses exilados.

Palabras claves: *Portugal Democrático*, exilados, antissalazarismo, portugueses, São Paulo/Brasil.

Nas décadas de 1950 e 1960, entre os portugueses chegados a São Paulo/Br., destacou-se um grupo de exilados antissalazaristas, que criou um jornal visando constituir um canal de expressão política – *Portugal Democrático*, (1956-1977). Esta investigação, priorizando a trajetória do periódico, discute as ações, polêmicas, interlocuções, articulações, principais bandeiras e debates enfrentados por estes sujeitos históricos. Para tanto, pesquisa concentrou-se na análise do próprio jornal, entrevistas dos envolvidos e documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP)¹.

Deslocamentos portugueses: história e historiografia

As investigações sobre os deslocamentos têm buscado ampliar análises agregando aos condicionamentos demográfico-econômicos, questões étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais, de gênero e, particularmente, políticas, envolvendo refúgios, exílios, asilos, perseguições e expulsões.

Entre os vários mecanismos viabilizaram os deslocamentos, cabe realçar a constituição de *redes* que incluíam a difusão de informação e propaganda, estabelecimento de relações institucionais e interpessoais, agenciamentos, articulações partidárias, religiosas, acadêmicas e profissionais, além das “chamadas” e outras ações de acolhimento (Ramella, 1995; Tilly, 1990; Truzzi, 2008).

No caso dos portugueses os deslocamentos foram motivados por uma conjuntura de fatores: dificuldades econômicas, sociais, políticas e familiares, incluindo as poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos, problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração, adicionadas à infertilidade, improdutividade das terras e atraso tecnológico, intempéries e flagelos; fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e excessos populacionais. Aos desejos de “fazer a América” se somaram os exílios, devido às tensões e perseguições políticas (Pereira, 2008; Baganha, 2009).

¹ O DEOPS/SP se origina do Gabinete de Investigações, organizado por Washington Luiz quando Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública/SP (1909); ao assumir a prefeitura de São Paulo (1914-1919), ele buscou consolidar o aparato policial para enfrentar manifestações, particularmente, as greves operárias. Já como Presidente do Estado (1924), Washington Luiz criou delegacias especializadas, entre elas o DEOPS, com a preocupação de vigiar e controlar as ditas “classes perigosas”. Nas décadas seguintes esse Departamento foi ampliado e aperfeiçoando suas práticas repressivas se tornou um dos órgãos mais temidos, até a sua extinção em 1983. Sua documentação foi transferida para o Arquivo Público do Estado de SP (1991/APESP), sendo constituída, entre outros documentos, por prontuários e “dossiês” de pessoas, de partidos políticos, empresas e movimentos sociais de interesse dos órgãos de repressão. Nesses foram localizados o dossiê do *Portugal Democrático* e de vários dos seus membros.

Em Portugal, as instabilidades políticas, econômicas e sociais foram ampliadas com as tensões que culminaram na instauração da República (1910), ainda mais agravadas pela alta dos preços, desemprego e miséria no campo, gerando descontentamentos, lutas e reivindicações, levando ao crescimento das organizações operárias-sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (PCP-1921). As disputas políticas, crise econômica e manifestações geraram golpes, contragolpes que levaram os militares ao poder (1926). Nesta conjuntura (1926-1928) foram dinamizadas as saídas (exílio e autoexílio) dos opositores ao regime.

Em 1928, Antonio de Oliveira Salazar assumiu a Pasta das Finanças, sendo, posteriormente, indicado para a Presidência do Conselho de Ministros. Ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo (1933), caracterizado por um governo corporativo, forte e intervencionista, cultivando alianças com a Igreja católica. O único partido legalmente reconhecido era a União Nacional, o aparato de governo contava com equipamentos de repressão e controle PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, 1933) e, posteriormente, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado, 1946) (Secco, 2004; Pinto, 1994; Torgal, 2009; Mattoso/Rosas, 1998).

O regime era resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos sociais. Apesar do perfil do salazarismo, o país manteve-se neutro durante a maior parte da II Guerra Mundial; em 1943, com o avanço dos Aliados, o governo cedeu os Açores para bases britânicas e norte-americanas. Após a guerra, Portugal integrou a OTAN e recebeu apoio do Plano Marshall, que lhe possibilitou uma situação econômica e financeira relativamente confortável (Maxwell, 2006).

Durante a Guerra Fria, cresceram as ações repressivas do regime contra seus opositores, atingindo, particularmente, o PCP (na clandestinidade desde 1926). Os conflitos se agudizaram quando das eleições à Presidência (1957-1958), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado. A campanha do General tinha como plataforma a restauração das liberdades, a anistia aos presos políticos e a organização de partidos. Ele angariou adeptos e popularidade, por isso, o resultado das eleições surpreendeu (76% dos votos para Américo Tomás, candidato da situação)². A fraude eleitoral foi denunciada e o Governo contra-atacou ampliando a repressão policial,

² Movimento Nacional Independente (MNI/1959) foi organizado e se tornou a base para as ações de Delgado. Após a derrota nas eleições (início de 1959), ele foi demitido da Força Aérea, sentindo-se perseguido, pediu asilo na embaixada brasileira, em Lisboa, aonde permaneceu por cerca de 100 dias. Em 24 de abril de 1959, o General partiu para o Brasil mantendo-se na oposição ao regime (também esteve na Argélia, Itália, França). Uma tentativa de ação política direta culminou no seu assassinato em Badajoz/Espanha (próxima da fronteira com Portugal/1965).

oposicionistas foram presos ou inviabilizados de manter suas atividades, optando pelo exílio, tendo o Brasil entre outros destinos.

Nos anos 1950-1970, frente a crise econômica e política, mais de um milhão de portugueses emigraram, sobretudo do norte de Portugal e do Algarve. As saídas continuavam a ser a válvula de escape e as remessas enviadas visavam amenizar as carências.

A emigração portuguesa no segundo pós-guerra conheceu fundamentalmente, dois pontos altos. O primeiro nos anos de 1950-64 tendo o Brasil como principal destino. O segundo terá início em 1963-1964 e estende-se até 1973-1974 [...] teve a Europa como principal destino e revestiu-se de uma particularidade: o enorme peso das saídas clandestinas (Mattoso, 1998: 374).

Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam e as resistências cresciam articulando diferentes setores: estudantes, classes médias, movimentos operários e oposicionistas (dentro e fora do país). Ampliavam-se os desgostos devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais. As articulações políticas da oposição culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de Abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal (Ferreira, 2001; Secco, 2004).

Deslocamentos: São Paulo – a sociedade de acolhimento

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes entrados no Brasil, tendo sua presença estendida por praticamente todo o país. Esse fluxo migratório foi contínuo, envolvendo experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, a maioria por conta própria. A concentração das entradas ocorreu entre os finais do século XIX e a Primeira Grande Guerra, outro fluxo se estendeu pelos anos 1930-1940 e uma retomada no Pós Segunda Grande Guerra até meados da década de 1960 (no qual se insere a maior parte do grupo aqui analisado) (Matos, 2013).

No decorrer da primeira metade do século XX, muitos portugueses migraram para o Brasil na busca de novas oportunidades profissionais, escapando das dificuldades da vida no campo e do serviço militar obrigatório, majoritariamente, exercido em África, já outros fugindo das tensões/perseguições políticas. A partir dos anos 1950, ocorreu nova retomada do fluxo de imigrantes portugueses, particularmente, depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) que, além disso, possibilitou a expansão das ações comerciais e

financeiras entre os dois países (Gonçalves, 2010).

Contudo, não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes lusos eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando; outros vieram ainda crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, alguns deles não permaneceram unidos no novo contexto ou nunca se reencontraram, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas (Matos, 2013).

São Paulo passou a ser o principal polo de atração, devido às novas perspectivas geradas pelo desenvolvimento econômico e urbano. Os portugueses estavam instalados em diferentes regiões da cidade, na zona norte (Tucuruvi, Vila Guilherme e Vila Maria), na área oeste (Jaguaré, Sumaré e Vila Madalena), também nos bairros do Pari, Belenzinho, Alto da Mooca e Tatuapé (Zona Leste) e na região sul (Saúde, São Judas, Jabaquara). A comunidade organizou-se em várias associações, casas e centros, que foram de importância estratégica para o governo português, que propagandeava o regime salazarista através destes círculos (Trindade, 1984).

Situações limites, como convulsões políticas, conflitos bélicos (Guerra Civil Espanhola e Segunda Grande Guerra), repressões políticas e étnicas geraram a necessidade de deslocamentos de exilados e refugiados. No caso português, as perseguições políticas produzem uma onda de exilados em 1926-1927, seguida de novas levas depois da implantação do Estado Novo (1933).

Para o emigrado político, o exilado, o deportado ou o refugiado, a partida do país de origem é sempre algo imposto, fruto de um acto de hostilidade declarada contra o poder de um Estado, ou ainda, pela própria incapacidade de sobrevivência dadas as condições de perseguição política impostas por um regime (Paulo, 2012: 2).

Destacam-se entre os motivos destas saídas a falta de perspectivas profissionais, demissões e exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), censura (artistas, jornalistas e escritores), situações de medo e insegurança³.

O Brasil tornou-se uma possibilidade de acolhimento aos opositores do salazarismo, num contexto que coincidiu com o final do Estado Novo brasileiro (1945) e o retorno de governos democráticos. Desta forma, se constituíram *redes*

³ Os diferentes momentos políticos e a constituição das oposições ao regime português geraram fluxos de exílios, podendo-se observar vagas, como nas décadas de 1920 e 1930, que os exilados procuraram principalmente pela França e Brasil; num segundo momento (1940 e 1964) o Brasil se manteve como destino. Já entre os anos de 1965-1974, cresceram os fluxos como França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Itália e em menor frequência para Romênia, URSS, Canadá, USA, Marrocos e Argélia (Martins, 2005).

de apoio e recepção, através de partidos (PCP e PCB), grupos profissionais e políticos, envolvendo jornalistas, intelectuais, acadêmicos brasileiros e associações.

Cabe observar que os exilados nas décadas de 1950-1960 se diferenciaram dos que chegaram anteriormente (1927-1933), em sua maioria, de orientação republicana. A nova leva incorporava comunistas, socialistas, anarquistas, liberais republicanos e, até, dissidentes do próprio regime (após as eleições de 1957-1958); não obstante a diversidade, essa oposição convergia em plataformas antissalazaristas.

No Brasil, mesmo em períodos considerados democráticos (1945-1964) os aparelhos repressores se mantiveram atuantes, sendo estes exilados acompanhados e controlados pela polícia política, sofrendo pressões crescentes depois de 1964, o que pode ser detectado através da pesquisa desenvolvida nos acervos do DEOPS/SP⁴, nos dossiês dos membros do *Portugal Democrático*.

Ministério do Exército, nos envia relatório de informações, sobre investigações procedidas na Universidade de São Paulo, ocasião em que vinham sendo constatados movimentos “comunistas”, com a participação de alunos e professores daquele e de outros estabelecimentos de ensino, constando em um de seus tópicos, a participação do professor “comunista” Vítor Ramos da Faculdade de Assis, o qual mantinha ligações com o professor Barradas de Carvalho, de nacionalidade portuguesa que na oportunidade integrava o dispositivo “comunista” da Universidade de São Paulo (Secretaria da Segurança Pública/SP/DEOPS, doc. 52z0(4372) 002, Vitor Ramos (APESP-Acervo DEOPS/SP).

Deslocamentos e Resistências antissalazaristas – *Portugal Democrático*

Como já destacado, nas décadas de 1950 e 1960, entre os portugueses recém-chegados a São Paulo havia vários antissalazaristas, que se articularam em ações de oposição no exílio. Neste momento, numa das salas do Centro Republicano Português passou a funcionar o jornal *Portugal Democrático*, que foi editado entre 1956 e 1977, com periodicidade ininterrupta e mensal, tendo tiragens de cerca de 3000 exemplares.

⁴ Na pesquisa da documentação do DEOPS, foram localizados cerca de 6000 prontuários de portugueses, podendo ser sistematizados em duas fases: uma primeira (1924 a 1940) caracterizada, na sua maioria, por lusos com baixa ou média instrução, trabalhadores do comércio ou do setor de serviços. Uma segunda (a partir de 1940) com a presença de indivíduos com maior grau de instrução (intelectuais, profissionais liberais, jornalistas, artistas plásticos e de teatro e políticos), que procuraram São Paulo como refúgio às perseguições do salazarismo e como um local para articular a resistência.

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos (chegou a São Paulo em 1955, depois foi professor na FFCL de Assis e na Universidade de São Paulo) e Manuel Ferreira Moura (técnico-operário), ambos membros do PCP. A publicação do primeiro número data de 7 de julho de 1956, no qual esclarecia-se a plataforma:

A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático* (*Portugal Democrático, nº 1, 1956.*)

As páginas do periódico refletem a diversidade de tendências políticas do grupo (republicanos, socialistas e comunistas) e a pluralidade de perspectivas ideológicas, políticas e partidárias, tendo como plataforma unificadora a oposição ao regime salazarista, contudo, isso não minimizou divergências e disputas internas. O grupo era composto por intelectuais, escritores, artistas e jornalistas, também incluindo militantes, operários, técnicos, escriturários, securitários, vendedores, engenheiros, contadores, agrimensores, empresários e comerciantes.

Na sua trajetória o periódico enfrentou obstáculos, como dificuldades de recursos, de distribuição e de canais de acesso aos leitores da comunidade portuguesa e brasileira. Estas, entre outras limitações, levaram à suspensão da sua publicação (entre julho de 1957 e maio de 1958), no entanto, com empenho, um ano depois, o projeto foi reavivado. A chegada de alguns de jornalistas (com experiência no *Diário Ilustrado*, de Lisboa) contribuiu para a reorganização do periódico com a criação de um conselho administrativo e editorial, que contou com nomes como Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge de Sena, Paulo de Castro e Vitor Ramos.

Os editores buscaram constituir um estilo próprio para o periódico, tanto na estrutura como nos aspectos gráficos, optando por estabelecer editoriais (com temáticas propostas pelo grupo), separando as sessões de opinião das de informação, agregavam-se os comentários dos colaboradores, além de outros itens como campanhas e denúncias, divulgação de livros e publicações com temáticas afins. Algumas das colunas fixas merecem menção como a denominada “Opinião insuspeita”, de Sarmiento Pimentel e o “Obscurantismo Salazarista”, do historiador Joaquim Barradas de Carvalho

(1964 a 1970), cabendo realce a riqueza dos desenhos, charges e caricaturas de Fernando Lemos, que acrescentavam um toque de arte, humor e ironia, contribuindo para aprimorar a qualidade gráfica.

O periódico também contou com a colaboração de brasileiros, nomes expressivos da intelectualidade, cultura e política, como Florestan Fernandes, Lígia Fagundes Telles, Sérgio Milliet, Ricardo Severo, Álvaro Lins, Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Paulo Duarte, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Guilherme Motta, Carlos Drummond Andrade, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego e o jornalista Cláudio Abramo e do editor Ênio Silveira.

Num primeiro momento, o jornal teve circulação restrita, gradativamente, articulou diálogos e planos de ação através de toda uma rede de contatos e apoios composta por exilados, intelectuais, artistas, acadêmicos, jornalistas, associações profissionais e estudantis, movimentos sociais e sindicais brasileiros, que contribuíram para divulgação e distribuição do periódico em vários estados e núcleos da oposição em outros países, culminando com a implementação do Serviço de Informação Internacional *Portugal Democrático* (1960) e da Unidade Democrática Portuguesa (1961). As articulações se estendem ao Rio de Janeiro através de contatos pessoais, envio de notícias e difusão, merecendo menção a colaboração de Eugênio Mercês, Francisco Vidal, Oliveira Pio, Manuel Lourenço Neto, Antonio José Bravo, Costa Bastos, Jaime Sabino, também no Recife, com Ângelo Ferreira da Silva (Rodrigues, 2003).

No cotidiano, a execução das tarefas era partilhada, constituindo um empenho coletivo e, muitas vezes, anônimo, alguns atuavam na busca de apoio financeiro, outros cuidavam da seleção dos temas – pauta, textos, redação, convite a colaboradores e formadores de opinião; enquanto, outros se encarregavam da diagramação, levar a tipografia, trazer as provas, fazer a correção/revisão/conferência, dobragem, remessas/expedição e postagem.

Normalmente havia uma data convencionada para o "fecho" do jornal e um membro designado para coordenar a recolha e organização do "material" a ser publicado. Havia uma primeira reunião para definir o tema de fundo e as questões especiais a serem abordadas na edição em pauta, escolha dos colaboradores a serem solicitados a escrever sobre as matérias selecionadas, etc. Depois, o coordenador e outros membros do corpo editorial faziam os contatos com os colaboradores indicados, redigiam os textos de que se tivessem incumbido e iam recolhendo matéria noticiosa. Havia um elemento que fazia a ligação com a tipografia, levando originais e indicações gráficas e trazendo, posteriormente, as provas de prelo, levando as provas revistas e trazendo provas

de textos já emendados. Na data convencionada para o fecho do jornal, a equipa editorial, já de posse de todas as provas tipográficas, fazia a diagramação do jornal pela técnica de colagem: usando tesoura, cola e folhas de papel com as dimensões adequadas, recortava e colava as provas sobre as folhas de papel, definindo sequências de texto, numeração das páginas e acrescentando os títulos e as indicações gráficas necessárias. O elemento incumbido da ligação com a tipografia levada esse "boneco", que servia de plano para a paginação nas mesas da tipografia, e assegurava, posteriormente, recorrendo aos meios disponibilizados por outros companheiros, o transporte dos jornais impressos para o Centro Republicano. Era nessa altura que ocorria mais gente e se desenvolvia uma série de operações em simultâneo que consistiam na dobragem dos jornais para remessa aos assinantes, formação de rolos ou pacotes para remessa aos núcleos de oposição dispersos por diversos países, colagem de cintas ou etiquetas, impressão de endereços em máquina manual a partir dos "ficheiros" (que consistiam em séries de chapas metálicas de impressão) separação das unidades de remessa em função dos respectivos destinos e, nessa mesma noite, ir despachar tudo na estação de correios do Vale do Anhangabaú (Entrevista, Joaquim Quitério, 1.5.2003).

O *Portugal Democrático* era periódico censurado em Portugal, entretanto, conseguia furar o cerco da PIDE usando de estratégias, chegando por meio das tripulações dos navios, envolvido em outros jornais, em envelopes com nome fictícios de associações ou através de outros países. Exemplares eram expedidos para os núcleos articulados de oposição no Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, USA, Inglaterra e França, tornando-se o jornal português publicado no exterior, de maior circulação entre os exilados antissalazaristas.

Desde os momentos iniciais, os mentores da publicação se depararam com o discurso "oficial" do salazarismo, amplamente difundido junto aos portugueses no Brasil. Neste sentido, a proposta visava conscientizar a comunidade lusa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial e denunciando as atrocidades, a falta de liberdade de expressão e as ações da censura, apregoando a anistia dos presos e exilados políticos.

Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – polícia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim (*Portugal Democrático*, nº 4, out. 1956).

Várias questões foram abordadas no periódico nas suas ações antissalazarista, destacando-se a denúncia dos campos de prisioneiros, a luta pela anistia, entre outras.

A luta pela anistia aos presos políticos portugueses, que nos últimos anos tomou grande incremento, vem conseguindo sucessivas vitórias. Premido pela força da opinião pública nacional e internacional, o Governo de Salazar tem sido forçado a libertar alguns dos mais destacados combatentes antifascistas. O último exemplo do valor da pressão democrática pela anistia foi a libertação de José Vitoriano. É necessário, portanto, que esta ação prossiga, até que seja posta em liberdade a última vítima do terror salazarista. Em Portugal, é animador constatar que forças de todas as correntes se unem nessa tarefa, que sendo simultaneamente humanitária e política constitui o trabalho unitário por excelência (Vitor Ramos. *Portugal Democrático*, nº 112, nov. 1966, p. 2).

Denúncias da violência do regime e de seus métodos de repressão, se somavam aos diagnósticos da conjuntura política e econômica portuguesa, com referências a situação do ensino e do movimento estudantil. Merece menção a denúncia da prisão em Portugal de Jaime Cortesão, Antonio Sérgio, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida (*Portugal Democrático*, nº 19, dez.1958), a visita de apoio de Sartre e Simone de Beauvoir; a carta manifesto questionando a visita do presidente Juscelino Kubitschek a Salazar (*Portugal Democrático*, nº 41, out.1960), cobertura do caso Delgado e do navio Santa Maria/Henrique Galvão, a oposição à deportação de Mário Soares (*Portugal Democrático*, nº 45, fev.1961), entre outros.

Entre as temáticas abordadas pelo periódico, cabe destacar as que abarcaram o General Delgado e Henrique Galvão. As questões em torno das eleições presidenciais de 1958, com a derrota de Humberto Delgado, seguida do seu exílio (1959) juntamente com outros participantes diretos da campanha, possibilitou o crescimento da temática na mídia brasileira.

Inicialmente, a chegada de Delgado ao Brasil foi vista com entusiasmo e esperança⁵, mas, gradativamente, ocorreu o distanciamento entre o General e o grupo do *Portugal Democrático*. Durante jantar comemorativo da “Programação da República Portuguesa”, que contava com a presença de intelectuais, políticos, jornalistas e, também, do comandante da II Região Militar, Delgado, em discurso

⁵ No Rio de Janeiro, o MNI (Movimento Nacional Independente, encabeçado por Delgado) teve como elemento de divulgação um novo jornal - *Portugal Livre* (1959-60, 13 edições), fundado por iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues, levantava a plataforma da liberdade de expressão, contra a censura, pela democracia em Portugal e anistia dos presos políticos.

exaltado, deixou clara sua posição pela ação militarizada⁶, disse ele:

É justo que os antifascistas sejam generosos nas suas contribuições, mas esses fundos deveriam ter destino diferente do que foi anteriormente proposto. Nessa noite cada um deve colocar sua ajuda a minha frente. O dinheiro não irá, entretanto, para jornais, mas será investido na compra de armas (RAMOS, 2004: 90).

Outro tema no qual o periódico centrou seus debates foi a questão colonial⁷. A posição majoritária do *Portugal Democrático* era de apoiar a independência dos países africanos, mas, internamente, havia polêmica, envolvendo opiniões contrárias. Em artigo publicado no jornal previa-se que a guerra colonial traria o fim do regime estabelecido.

O problema colonial é não apenas mais importante, mas também o mais premente, pois coloca o governo português, no plano interno como no externo em situação extremamente difícil. [...] E Portugal mantém a guerra mais sem sentido da História, [...] o exército colonialista português é levado ao desespero, primeiro passo para o crime, para a chacina, utilizando do napalm, lancha-chamas contra populações camponesas totalmente desprovidas de defesa. [...] Chegado a este ponto, o governo de Caetano nada mais podia esperar do que aquilo que está realmente acontecendo: um isolamento quase total no plano internacional, uma reação, cada vez mais marcada, no plano nacional. O segundo ponto a que devo referir-me, diz respeito à situação econômica. Esta alias, como é fácil prever, relaciona-se diretamente com o que acabo de dizer: O surto inflacionário, que nos últimos tempos se verifica em Portugal, tem como causa primeira a guerra nas colônias. [...] Terceiro ponto: a luta pelo restabelecimento das liberdades essenciais em Portugal. Na verdade uma aparente liberalização do regime tem conseguido enganar observadores menos prevenidos. [...] Os sinais de falta de fôlego do caetanismo são evidentes: uma guerra em três frentes, uma situação econômica difícil, um isolamento internacional cada vez maior, um crescente repúdio interno. Dentro das novas condições será esperar muito pensar para breve na instauração em Portugal da Nova República? (*Portugal Democrático*, n.º 112, nov. 1966, p. 2.

⁶ Entre 1961 e 1962, várias ações lideradas por Galvão e Delgado demonstravam a opção pela via militar, dentre elas, o sequestro de um avião da TAP, no Marrocos, para arremessar panfletos sobre Lisboa e também as articulações de um Golpe partindo da cidade de Beja (dezembro/1961). Estas atitudes não contaram com o apoio e foram desaprovadas por vários membros do *Portugal Democrático*.

⁷ Portugal tinha sob seu domínio Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor, Macau, e, na Índia, Goa, Damão e Diu, constituindo um território colonial vinte e duas vezes maior que seus limites.

O grupo que se articulava em torno do *Portugal Democrático* promoveu um conjunto de iniciativas de contestação ao salazarismo, como a concepção do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), efetivação da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (janeiro de 1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevideu, 1961), Ato Público de Solidariedade aos Trabalhadores e aos Povos de Espanha e Portugal (27 de maio de 1962), debate “42 anos de fascismo em Portugal”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (finais de 1968).

Apesar da unidade na luta antissalazarista, momentos de tensões e cisões levaram ao afastamento de colaboradores. As discordâncias envolviam temas como a “questão colonial”, polêmica em torno de lideranças políticas, da criação da *Unidade Democrática Portuguesa* (UDP/1961)⁸ e a hegemonia do PCP no periódico.

Nós fazíamos as reuniões no Portugal Democrático, fazíamos reuniões da nossa turma, dos comunistas. Funcionávamos, agora pode-se dizer, como uma célula do Partido Comunista Português. Recebíamos de lá o “Avante” e orientávamos mais ou menos a nossa linha pelas posições do partido em Portugal. Estávamos em muito mais contato, do que eles, com Portugal... Houve aí um separador de águas muito importante, que foi a questão colonial. Porque nós logo nos pusemos ao lado da autodeterminação das colônias, porque em 1961 começou a guerra em Angola, e em 63 começa na Guiné, depois em Moçambique em 64 e aí o assunto fundamental da oposição portuguesa e o grande problema de Portugal passa a ser o problema colonial. Isso produziu um certo abalo entre nós, porque houve gente que não aceitou a nossa posição (Ramos, 2004: 123).

Em março de 1963, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro excluíram-se do Conselho de Redação. Relaciona-se a saída ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP (crescente depois de 1961), ao artigo de Casais Monteiro, sob uma perspectiva socialista. Jorge Sena ainda buscou contemporizar, conclamando em prol de uma oposição unificada, mas, sem sucesso (Ramos, 2004; Silva, 2006).

Após o golpe civil-militar de março de 1964 a situação política no Brasil foi alterada e crescendo ações de pressão ao jornal, analisaram-se os riscos e se

⁸ As ações da UDP visavam ampliar os contatos com pessoas de destaque na política e cultura, promover iniciativas culturais, reuniões, conferências debates e a circulação de notícias sobre Portugal, ampliando as resistências ao salazarismo e a “questão colonial”, tornando-se mais efetivas a partir de 1964, através da divulgação de boletins voltados para a grande imprensa veiculados em três línguas, e reunindo dados e documentos, constituindo dossiês, enviados para a ONU, com denúncias dos abusos cometidos na África (Silva, 2006).

cogitou o encerramento da publicação, entretanto, corajosamente decidiram continuar; apesar de que com o aumento da repressão política, temor de possíveis trocas de informações entre a PIDE e o DEOPS, vários intelectuais optaram por partir para um novo exílio, nos Estados Unidos.

Após o 25 de Abril de 1974, abriam-se novos horizontes; a Revolução dos Cravos foi entusiasticamente referenciada pelo periódico, que passou a fazer a cobertura detalhada dos fatos e as edições do jornal tornaram-se semanais.

Entretanto, passou a receber ameaças de atentados a bombas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), telefonemas que assustaram e afastaram anunciantes, além de certa desestruturação da equipe devido ao retorno de muitos colaboradores para Portugal.

Em 1977, após dezenove anos de atividade, com 205 números, terminava a publicação do periódico que fora a expressão política dos portugueses antissalazaristas exilados em São Paulo⁹, mantendo-se latente nas memórias não só dos que estiveram envolvidos na sua produção, mas, dos múltiplos leitores e membros da comunidade portuguesa. Afinal...

Não se habita impunemente em outro país, não se vive noutra economia, em um outro mundo, sem que algo permaneça de uma outra sociedade na outra, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos (Sayad, 2000:14).

Por fim, cabe ressaltar que apesar do crescimento da produção historiográfica sobre o período salazarista incluindo as lutas de oposição ao regime, ainda é restrita a visibilidade às ações políticas dos exilados. Esta falha pode estar vinculada a certo afastamento e/ou desconhecimento de articulações, redes de apoio, canais de divulgação e publicações que possibilitaram a revelação e denúncia no estrangeiro dos abusos do salazarismo. Neste sentido, a análise deste grupo de exilados portugueses em São Paulo que se articularam em torno do *Portugal Democrático* (1958-1977), incluindo suas atividades oposicionistas,

⁹ Entre as possibilidades de investigação, cabe mencionar a importância do jornal como veículo privilegiado para a circulação e debate de questões políticas e culturais, caberia aprofundar a análise através de uma prosopografia dos colaboradores mais empenhados, um conjunto de pequenas biografias e suas articulações, incorporando os motivos da partida, o porquê da escolha de São Paulo, as ações e pertencimentos político, quais as funções que desempenharam na sociedade de acolhimentos e no jornal, possibilitando rastrear a contribuição dos intelectuais portugueses para a cultura e para a academia brasileira neste período. Bem como, a articulação com outros núcleos de exilados portugueses e a sua relação com o jornal, particularmente, os de Paris ou de Argel, *locus* estratégicos de organização da resistência política no exílio, a partir dos anos 1960.

torna-se uma contribuição para recuperar o papel histórico das resistências e lutas contra salazarismo no exílio.

Bibliografia

- BAGANHA, Maria Ioannis. "Migração transatlântica: uma síntese histórica", in SERRÃO, José V.; PINHEIRO, Magda A.; FERREIRA, Maria de Fátima – *Desenvolvimento económico e mudança social*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009. (pp. 405-422).
- FERREIRA, José Medeiros. *Histórias de Portugal. O comportamento Político dos Militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa, Ed. Estampa, 2001.
- GONÇALVES, Willians. "As Relações luso-brasileiras nos anos 1950" in SOUSA, Fernando, SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (coord.). *As Relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto, CEPESE, 2010. (pp. 99-120).
- MARTINS, Susana. *Socialistas na oposição ao Estado Novo: Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*. Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.
- MATOS, M. Izilda S. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru, EDUSC, 2013.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- ROSAS, Fernando. "O Estado Novo" vol. 7 in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998. (pp. 468-476).
- MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- MENDES, José Sacchetta. R. *Laços de sangue; privilégio e intolerância á imigração portuguesa no Brasil*. Porto, CEPESE, 2010.
- OLIVEIRA, Fábio R. *Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado apresentado à UFF, 2010.
- PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra, Quarteto, 2000.
- PAULO, Heloisa. *Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964)*. La Plata: 2012, <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar>. [18/abril/2015]
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Lisboa, Regra do Fogo, 1981.
- PINTO, Antonio Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

- RAMELLA, Franco. "Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios" In BJERG, María, OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, CEMLA – IEHS, 1995. (pp. 9-21).
- RAMOS, Ubirajara Bernini. *Portugal Democrático. Um jornal da resistência portuguesa ao salazarismo publicado no Brasil*. São Paulo, Mestrado/PUC-SP, 2004.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. "Portugal Democrático, um jornal revolucionário" in LEMOS, Fernando, LEITE, Rui Moreira (org.). *A Missão portuguesa-rotas intercruzadas*. SP/Bauru, Ed. UNESP/EDUSC, 2003. (pp.102-142).
- SAYAD, Abdemalek. "O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante". *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo: 2000, vol. 13, número especial. (pp. 7-32).
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a Crise do império colonial Português*. São Paulo, Ed. Alameda, 2004.
- SILVA, Douglas Mansur. *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- TILLY, Charles. "Transplanted Networks" in YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (ed.). *Immigration Reconsidered. History, Sociology and Politics*. Oxford, Oxford University Press, 1990. (pp. 79-95).
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TRINDADE, Maria Beatriz R. *O diálogo instituído*. Nova Renascença, Porto, 1984.
- TRUZZI, Oswaldo. "Redes em processos migratórios". *Tempo Social. Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, 2008. (pp. 199-218).

Maria Izilda Santos de Matos é doutora em História (USP/1991), Pós doutorado (Université Lumiere Lyon 2/França 1997), Livre docência (PUC/SP/2016). Professora titular da PUC/SP e pesquisadora 1 A do CNPq. Atua nos seguintes temas: imigração, cidade, gênero, história das mulheres e história cultural.

Contato: mismatos@pucsp.br

Recebido: 16.01.2017

Aceito: 19.05.2017